

DESDE O ÚLTIMO PCS ATÉ JUNHO DE 2012

INFLAÇÃO DE 37,91%¹

A inflação medida pelo ICV – Índice do Custo de Vida do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, acumulou 37,91% entre junho de 2006 e junho de 2012.

Em junho de 2006, foi aprovado o último PCS da categoria judiciária, depois de um longo período de tramitação, defasando os valores inicialmente propostos, e, para piorar, havendo um longo parcelamento.

Assim, é necessário um reajuste no conjunto da remuneração, no mesmo percentual de 37,91% para recompor os valores aos de junho de 2006.

Total Inflação - ICV DIEESE - **GERAL** de Junho de 2006 Até Junho de 2012 ou REAJUSTE NECESSÁRIO PARA REPOR AS PERDAS DECORRENTES DA INFLAÇÃO **37,91%**

O percentual acima é relativo ao “Índice Geral”, ou uma ponderação de vários itens que compõem o consumo dos trabalhadores.

Vários tópicos específicos, fundamentais para os servidores, tiveram elevação bem maior do que o índice acima.

É o caso das despesas com alimentação, que subiram impressionantes 62,59%.

Total Inflação - ICV DIEESE - **ALIMENTAÇÃO** de Junho de 2006 Até Junho de 2012 **62,59%**

¹ Atualização do Texto de 14 de Fevereiro de 2012.

Ou então da Educação, com majoração de preços de 47,36% no período.

Total Inflação - ICV DIEESE - **EDUCAÇÃO** - de Junho de 2006 Até Junho de 2012 **47,36%**

Ainda para efeitos comparativos, a Cesta Básica do DIEESE teve aumento de 64,64%, tendo elevado seu custo de R\$ 172,31 para R\$ 283,69. Este último valor é relativo ao mês de maio de 2012, pois na data da elaboração do presente texto, ainda não estava disponível no sítio do DIEESE a divulgação do valor de junho de 2012.

Cesta Básica Dieese - SP (de R\$ 172,31 para R\$ 283,69 em Maio de 2012) **64,64%**

O salário mínimo, embora com uma política de aumento real, que ainda assim o mantém muito distante do salário mínimo do DIEESE passou no período de R\$ 350,00 para R\$ 622,00, tendo, portanto, um aumento de 77,71%.

Salário Mínimo (de R\$ 350,00 para R\$ 622,00) **77,71%**

Ou seja, há uma inflação em curso, e, ela não é pequena, e pela falta de uma política de reposição dessas perdas nas remunerações dos servidores públicos, conforme inclusive determina a Constituição Federal – CF, os salários foram bem corroídos durante os últimos anos.

Dessa forma, o salário real, ou o poder de compra da remuneração caiu para 72,51% do que ela valia em junho de 2006, com perda salarial de 27,49%.

Como já colocado acima, para repor essa queda nos vencimentos é necessário o reajuste de 37,91%, que corresponde a inflação do período.

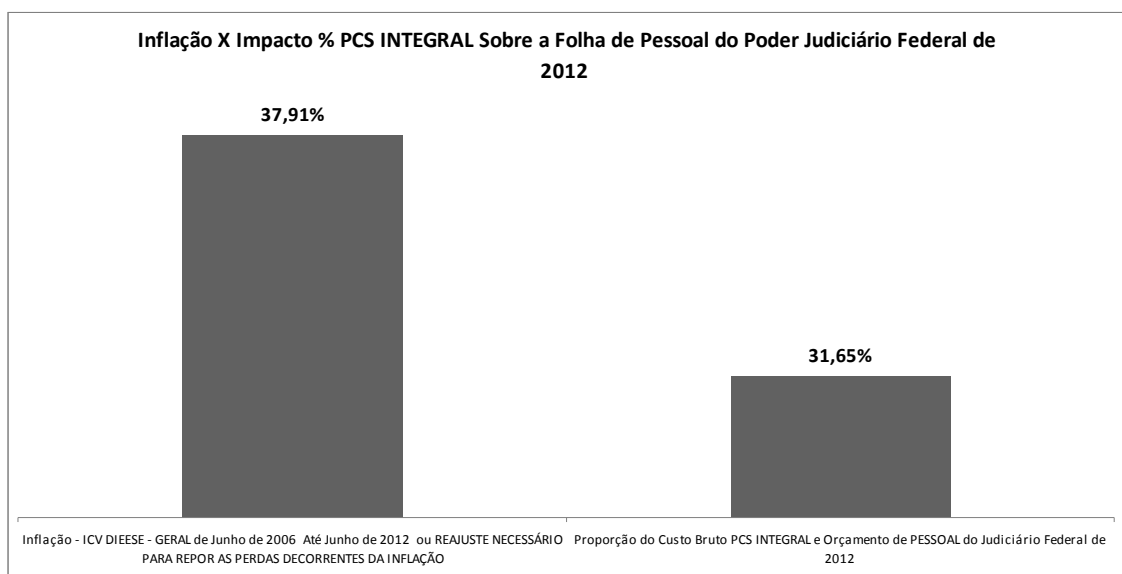
SALÁRIO REAL (Valor efetivo do salário em função das perdas inflacionárias)	72,51%
PERDA SALARIAL (Valor das perdas em função da inflação ocorrida)	27,49%

Ouro aspecto importante, é que o impacto do PCS, INTEGRAL E SEM PARCELAMENTO em 2012, é de R\$ 7,399 bilhões, e a folha de pagamento do Poder Judiciário Federal, é de R\$ 23,375 bilhões.

SEM PARCELAMENTO- INTEGRAL <u>DE JANEIRO</u> A <u>DEZEMBRO</u>		
Comparativo Custo Bruto e Orçamento de PESSOAL do Judiciário Federal de 2012		
<i>Custo Anual Bruto PCS IV</i>	<i>Orçamento de Pessoal 2012</i>	<i>Aumento em %</i>
7.399.520.225	23.375.799.306,0	31,65%

Dessa forma, o impacto é de 31,65% da folha atual, portanto, com percentual menor do que a inflação verificada no período.

Claro está que na folha também estão incluídos os magistrados, que por serem em número bem menor do que os servidores, mesmo considerando o seu custo no total do orçamento, não haveria uma alteração significativa na relação do impacto percentual do PCS IV.



O mais absurdo nessa situação, é que o governo por seu lado teve um aumento na arrecadação, muito maior do que a inflação².

Assim embora haja um crescimento vertiginoso das receitas, esse aumento NÃO É REPASSADO para remuneração dos servidores, diminuindo, portanto a participação das despesas de pessoal no total das despesas da União.

Essa política que prejudica os servidores para beneficiar a especulação financeira faz com que o orçamento de 2012 tenha mais de 47% dos gastos destinados ao pagamento da DÍVIDA – juros, amortizações e refinanciamento.

Em 2011, do total do orçamento, foram mais de 44% destinados também ao pagamento da DÍVIDA³.

Como se sabe, o Brasil, paga o segundo maiores juros do mundo, apesar de o país estar numa situação econômica, por enquanto, diferenciada daquela vivida pelos países europeus.

Por lá, a situação macro-econômica, indicaria que seriam esses países que deveriam ter juros muito altos que o Brasil, mas incrivelmente a situação é inversa.

Claro, que isso só tem uma explicação, que é a grande submissão do governo brasileiro aos interesses dos banqueiros e especuladores.

Além disso, centenas de bilhões de reais, são destinados anualmente aos empresários através de empréstimos a juros “super-subsidiados”, isenções fiscais, desonerações na folha de pagamento, dentre outras inúmeras benesses às grandes empresas.

Obviamente que não é só a remuneração dos servidores que é prejudicada por essa política, mas, todos os gastos sociais, como com saúde, educação, segurança, reforma agrária, previdência dentre outros.

Assim, é completamente mentiroso o argumento de que é necessário arrochar os servidores para preparar o país para a crise, pois

² Estudo disponível no www.sintrajud.org.br.

³Situação em 31/12/2011, podendo haver ainda alteração nesse percentual.

justamente para proteger o país da crise, deveria ser aplicada uma outra política, que estimulasse o aumento de salário dos servidores e de todos os trabalhadores, a melhoria das políticas públicas, os investimentos.

Fazendo crescer o consumo dos trabalhadores, fortalecendo o mercado interno, e, assim, de verdade criar as condições do Brasil não sofrer as conseqüências da crise que se aproximam.

Exatamente o contrário de se DOAR, quase metade do orçamento público para a especulação financeira, e outra parte importante das finanças públicas a empresários e multinacionais.

Aliás, guardadas as devidas (mas, pequenas) proporções, não foi uma política econômica semelhante a essa do governo brasileiro – cortes de gastos públicos, arrocho nos salários dos servidores, prioridade no pagamento de juros a bancos, doação do dinheiro público ao grande capital, e, etc., que está levando a Europa e o mundo a uma crise sem precedentes?

São Paulo, 23 de Julho de 2012.

Washington Luiz Moura Lima

Coordenador

DEPARTAMENTO ECONÔMICO DO SINTRAJUD/SP